



ÍNDICE GRI  
GLOBAL REPORTING INITIATIVE  
CGD | 2015



## ÍNDICE GRI 2015

INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	OBJETIVO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXTERNA	
<b>ESTRATÉGIA E ANÁLISE</b>					
G4-1	Declaração do Presidente sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e a sua estratégia de sustentabilidade	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 8-9	–	n.a	•
G4-2	Principais impactos, riscos e oportunidades	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 32, 32, 39, 42, 58, 71, 75-79, 87-88, 91-92, 96-97, 104-110, 125-127, 129-131	–	n.a	•
<b>PERFIL ORGANIZACIONAL</b>					
G4-3	Nome da organização	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 7 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 5	–	n.a	•
G4-4	Principais produtos e serviços	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 64-99, 104-110 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 35-37, 59-60  Oferta comercial para clientes particulares em: <a href="https://www.cgd.pt/Particulares/Pages/Particulares_v2.aspx">https://www.cgd.pt/Particulares/Pages/Particulares_v2.aspx</a> Oferta comercial para clientes empresa em: <a href="https://www.cgd.pt/Empresas/Pages/Empresas_V2.aspx">https://www.cgd.pt/Empresas/Pages/Empresas_V2.aspx</a>	–	n.a	•
G4-5	Localização da sede da organização	A CGD tem a sua sede na Avenida João XXI, 63, 1000-300 Lisboa.	–	n.a	•
G4-6	Número de países nos quais a organização opera e nome dos países nos quais as suas principais operações estão localizadas ou que são especialmente relevantes para os tópicos de sustentabilidade abordados no relatório	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 7, 19-20	–	n.a	•
G4-7	Tipo e natureza legal de propriedade	A CGD é uma Sociedade Anónima, detida por acionista único, o Estado Português. O Ministro das Finanças designa o representante do acionista em Assembleia Geral.	–	n.a	•
G4-8	Mercados servidos	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 7, 19-20	–	n.a	•
G4-9	Dimensão da organização	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 12-14, 19-20, 25 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 6, 7, 21	–	n.a	•



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
G4-10	Número total de colaboradores, discriminados por contrato de trabalho, género e região.  Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 14, 25, 26 Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 21-22 Indicadores de Sustentabilidade 2015 Notas Metodológicas, pág. 2  Em 2015 não havia colaboradores subcontratados na CGD S.A., nem nas estruturas internacionais de Cabo-Verde, BI e BCA nem no BCG Brasil.  No BI, em 2015 não havia colaboradores em regime de tempo parcial de trabalho (part-time).  Âmbito: CGD, SA + Bancos Afiliados (BI; BCA; BCG Brasil)	8. Trabalho digno e crescimento económico	n.a	•
G4-11	Percentagem de colaboradores abrangidos por acordos de contratação coletiva  Na CGD,SA todos os colaboradores estão abrangidos por acordos de contratação colectiva, diretamente, por força dos Acordos de Empresa, ou por normativo interno que determina a sua aplicação ao restante universo.  Em 2015, no BCA e BI não existem acordos de contratação colectiva. Existe um Estatuto de Pessoal que define os direitos, as garantias e os deveres dos colaboradores do quadro do BCA e regula as relações de trabalho, salvo convenção ou disposição expressa em contrário. No BCG Brasil, 100% dos colaboradores encontram-se abrangidos por acordos de negociação coletiva.  Âmbito: CGD, SA + Bancos Afiliados (BI; BCA; BCG Brasil)	8. Trabalho digno e crescimento económico	n.a	•
G4-12	Cadeia de fornecedores da organização*  Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 35-36 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 32  Âmbito: CGD, SA	–	n.a	•
G4-13	Alterações significativas ocorridas no decorrer do período coberto pelo relatório em relação à dimensão, estrutura, participação acionista ou cadeia de fornecedores da organização  Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 7	–	n.a	•
G4-14	Abordagem ao princípio da precaução  A adesão à Iniciativa Financeira do Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP-FI), em Abril de 2009, fez com que a CGD assumisse o compromisso de respeitar o Princípio da Precaução. Para além disso, através da sua estratégia de combate às alterações climáticas, a CGD introduz variáveis ambientais nas suas abordagens de gestão do risco, no planeamento operacional, no desenvolvimento e introdução de produtos e serviços.  Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 617-618	–	n.a	•
G4-15	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa  Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 608-609	–	n.a	•
G4-16	Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais de defesa  <a href="https://www.cgd.pt/Institucional/Sustentabilidade-CGD/Programas-parcerias/Pages/Programas-Parcerias.aspx">https://www.cgd.pt/Institucional/Sustentabilidade-CGD/Programas-parcerias/Pages/Programas-Parcerias.aspx</a>	–	n.a	•
G4-17	Totalidade das entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas  Relatório de Gestão e Contas 2015 – capítulo 1.13	–	n.a	•



INDICADOR GRI		LOCALIZAÇÃO	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
G4 - 18	Processo adotado para definição do conteúdo do relatório e os limites dos Aspectos	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 7, 34-35 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 5, 8, 9 Notas Metodológicas, pág. 2	–	n.a	•
G4 - 19	Aspectos materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 7, 34-35 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 9 Notas Metodológicas, pág. 2	–	n.a	•
G4 - 20	Limite de cada Aspecto material dentro da organização	Notas Metodológicas, pág. 2	–	n.a	•
G4 - 21	Limite de cada Aspecto material fora da organização	Notas Metodológicas, pág. 2	–	n.a	•
G4 - 22	Reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações	Notas Metodológicas, pág. 4-5, 8	–	n.a	•
G4 - 23	Alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores quanto ao âmbito e ao limite dos Aspectos	Existiram alterações no âmbito geográfico da atividade reportada em matéria de sustentabilidade nomeadamente o alargamento do reporting a mais um banco afiliado do Grupo CGD Mercantile Bank, na África do Sul.	–	n.a	•

#### ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS\*

G4- 24	Lista de grupos de <i>stakeholders</i> da organização	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 33-34 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 8	–	n.a	•
G4- 25	Base para identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	Pág. 28 do Relatório de Sustentabilidade 2009 – Caderno Técnico através do link <a href="https://www.cgd.pt/Institucional/Sustentabilidade-CGD/Reporting-Desempenho/Relatorios-Sustentabilidade/2009/Documents/Relatorio-Sustentabilidade-CGD-2009_Caderno-Tecnico-GRI.pdf">https://www.cgd.pt/Institucional/Sustentabilidade-CGD/Reporting-Desempenho/Relatorios-Sustentabilidade/2009/Documents/Relatorio-Sustentabilidade-CGD-2009_Caderno-Tecnico-GRI.pdf</a> Notas Metodológicas, pág. 3	–	n.a	•
G4- 26	Abordagem adotada para envolvimento com <i>stakeholders</i> , inclusive a frequência do envolvimento por tipo e por grupo	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 33-34	–	n.a	•



INDICADOR GRI		LOCALIZAÇÃO	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
G4- 27	Principais questões e preocupações apontadas pelos <i>stakeholders</i> como resultado do processo de envolvimento e as medidas adotadas pela organização no tratamento das mesmas	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 34-35 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 8, 9	–	n.a	•

## PERFIL DO RELATÓRIO

G4- 28	Período coberto pelo relatório	1 janeiro a 31 dezembro de 2015 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 5	–	n.a	•
G4- 29	Data do relatório anterior mais recente	2014	–	n.a	•
G4- 30	Ciclo de emissão de relatórios	Anual	–	n.a	•
G4- 31	Contatos para questões sobre o relatório ou os seus conteúdos	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 7 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 5	–	n.a	•
G4- 32	Opção “de acordo” escolhida pela organização e respetivo índice da conteúdo da GRI	Presente tabela Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 7 Relatório de Sustentabilidade – pág. 5	–	n.a	•
G4- 33	Política e prática correntes adotadas pela organização para submeter o relatório a uma verificação externa	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 7 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 5	–	n.a	•

## GOVERNANCE\*

G4- 34	Estrutura de governo da organização, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 536, 550, 551 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 10	–	n.a	•
G4- 35	Processo utilizado para a delegação de autoridade sobre tópicos económicos, ambientais e sociais pelo mais alto órgão de governo, para executivos seniores e outros colaboradores	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 550-551 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 10	–	n.a	•
G4- 36	Designação de um ou mais cargos e funções de nível executivo como responsável pelos tópicos económicos, ambientais e sociais e se esses responsáveis reportam diretamente ao Conselho de Administração	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 550-551 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág.10	–	n.a	•
G4- 37	Processos de consulta utilizados entre <i>stakeholders</i> e Conselho de Administração relativamente a tópicos económicos, ambientais e sociais	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 33-35 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág.10	–	n.a	•



INDICADOR GRI		LOCALIZAÇÃO	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
G4- 38	Composição do Conselho de Administração e das suas comissões	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 536-551 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 10	–	n.a	•
G4- 39	Presidente do mais alto órgão de governança é também um diretor executivo (e, nesse caso, sua função na gestão da organização e as razões para esse acúmulo) do Conselho de Administração é também membro executivo	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 540	–	n.a	•
G4- 40	Processos de seleção e nomeação para o Conselho de Administração e as suas Comissões, bem como, os critérios adotados para selecionar e nomear os membros do Conselho de Administração	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 537-538	–	n.a	•
G4- 41	Processos utilizados pelo Conselho de Administração para garantir a prevenção e gestão de conflitos de interesse	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 551-552	–	n.a	•
G4- 42	Papéis desempenhados pelo Conselho de Administração e pelos executivos seniores no desenvolvimento, aprovação e atualização de objetivos, missão, visão e valores, e definição de estratégias, políticas e metas relacionadas com impactes económicos, ambientais e sociais	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 550-551	–	n.a	•
G4- 43	Medidas tomadas para desenvolver e aprimorar o conhecimento do Conselho de Administração sobre tópicos económicos, ambientais e sociais	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 32-33 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág 8-11	–	n.a	•
G4- 44	Processos de avaliação do desempenho do Conselho de Administração no que diz respeito ao governo de tópicos económicos, ambientais e sociais	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 607-608	–	n.a	•
G4- 45	Papel desempenhado pelo Conselho de Administração na identificação, gestão de impactes, riscos e oportunidades relacionados com questões económicas, ambientais e sociais, bem como, na implementação de processos de <i>due dilligence</i>	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 550, 607-608 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág.10-11, 18	–	n.a	•
G4- 46	Papel desempenhado pelo Conselho de Administração na análise da eficácia dos processos de gestão de risco da organização para tópicos económicos, ambientais e sociais	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 550, 607-608 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 10-11, 18	–	n.a	•



INDICADOR GRI		LOCALIZAÇÃO	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
G4- 47	Frequência com que o Conselho de Administração analisa impactos, riscos e oportunidades relacionados com questões económicas, ambientais e sociais	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 550	–	n.a	•
G4- 48	Órgão ou cargo que analisa e aprova formalmente o Relatório de Sustentabilidade da organização e garante que todos os Aspectos materiais sejam abordados	A Comissão Executiva é o órgão responsável pela análise e aprovação formal do Relatório de Sustentabilidade. A Equipa Coordenadora do Programa Corporativo de Sustentabilidade é responsável por assegurar a elaboração deste relatório e dos conteúdos de sustentabilidade que integram o Relatório e Contas anual.	–	n.a	•
G4- 49	Processo adotado para comunicar preocupações críticas ao Conselho de Administração	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 536, 550	–	n.a	•
G4- 50	Natureza e número total de preocupações críticas comunicadas ao Conselho de Administração e o(s) mecanismo(s) adotado(s) para abordá-las e resolvê-las	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 33-35, 538-539, 541, 545-545, 549-551, 578-581	–	n.a	•
G4- 51	Políticas de remuneração aplicadas ao Conselho de Administração e a executivos seniores	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 598-603	–	n.a	•
G4- 52	Processo adotado para a determinação da remuneração	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 546-547, 598, 600-602	–	n.a	•
G4- 53	Forma como as opiniões dos <i>stakeholders</i> são solicitadas e levadas em conta em relação à questão da remuneração, incluindo os resultados de votações sobre políticas e propostas de remuneração, se aplicável	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 24, 29, 546-547, 598, 601-602	–	n.a	•
G4- 54	Proporção entre a remuneração anual total do indivíduo mais bem pago em cada país em que a organização possua operações significativas e a remuneração média anual total de todos os colaboradores (excluindo o mais bem pago) no mesmo país	A remuneração anual total do indivíduo mais bem pago corresponde a 6,91 da remuneração anual média (excluindo o mais bem pago). Âmbito: CGD,SA em Portugal	–	n.a	•
G4- 55	Proporção entre o aumento percentual da remuneração total anual do indivíduo mais bem pago em cada país em que a organização possua operações significativas e o aumento percentual médio da remuneração anual total de todos os colaboradores (excluindo o mais bem pago) no mesmo país	A remuneração do indivíduo mais bem pago da Organização não sofreu alteração em 2015. Âmbito: CGD,SA	–	n.a	•



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
<b>ÉTICA E INTEGRIDADE*</b>				
<b>G4-56</b>	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 590 <a href="https://www.cgd.pt/Institucional/Governo-Sociedade-CGD/Regulamentos/Documents/Codigo-de-Conduta-CGD.pdf">https://www.cgd.pt/Institucional/Governo-Sociedade-CGD/Regulamentos/Documents/Codigo-de-Conduta-CGD.pdf</a>	–	n.a	•
<b>G4-57</b>	Mecanismos internos e externos adotados pela organização para solicitar orientações sobre comportamentos éticos e em conformidade com a legislação Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 33, 589-590	–	n.a	•
<b>G4-58</b>	Mecanismos internos e externos adotados pela organização para comunicar preocupações relativamente a comportamentos não éticos ou incompatíveis com a legislação e questões relacionadas com a integridade organizacional, como encaminhamento de preocupações pelas vias hierárquicas, mecanismos para denúncias de irregularidades ou canais de denúncias Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 33, 79, 589-590	–	n.a	•





INDICADOR	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL COMPACT	OBJETIVOS DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXTERNA
-----------	-------------	-----------------------------	---	----------	------------------------

#### ASPECTO: DESEMPENHO ECONÓMICO\*

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. O tema “Desempenho económico” foi considerado um tema de prioridade média. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de 2015 - pág. 9)).
- b e c – A CGD tem um conjunto de iniciativas relacionadas com este tema e monitoriza indicadores associados a este tema, reportando-os publicamente (Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 12-13, 123 e Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 6-7)

G4- EC1	Valor económico direto gerado e distribuído	Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 7 Notas Metodológicas, pág. 3 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA, BCG Brasil e Mercantile Bank)	–	2. Erradicar a fome 5. Igualdade de género 7. Energias renováveis e acessíveis 8. Trabalho digno e crescimento económico 9. Indústria, inovação e infraestruturas	n.a	•
G4- EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas	A CGD participa anualmente, de forma voluntária, no CDP - Carbon Disclosure Project onde menciona os riscos e oportunidades devido às alterações climáticas associadas à sua atividade. A resposta da CGD pode ser consultada no site do CDP, ou através do site da CGD ( <a href="https://www.cgd.pt/Institucional/Sustentabilidade-CGD/Premios-distincoes/Documents/CGD-Responsas-Climate-Change-2015.pdf">https://www.cgd.pt/Institucional/Sustentabilidade-CGD/Premios-distincoes/Documents/CGD-Responsas-Climate-Change-2015.pdf</a> ) Em 2015, a CGD não adquiriu créditos de carbono. Âmbito: CGD,SA	–	13. Ação climática	n.a	•



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
<b>G4- EC3</b>	Planos de benefícios oferecidos pela organização				
	<p>Relatório de Gestão e Contas 2015 - Ponto 2.1 Anexos às Demonstrações Financeiras Individuais – Nota 34 Pensões de Reforma e Outros Benefícios dos Empregados.</p> <p>Em 2015, o Banco Interatlântico (BI) não dispunha de um plano de benefícios/pensões. Todos os colaboradores do Banco estão inscritos no sistema de segurança social nacional e as reformas do mesmo, sendo da responsabilidade total deste organismo.</p> <p>No BCA, existe um Plano de Benefícios definido. O valor das obrigações em 2015 foi de 2.912.018 euros.</p> <p>No BCG Brasil, em complemento aos benefícios de previdência social, existe o benefício de um plano de previdência privada para os colaboradores, estimando-se cerca de 6400 mil euros por mês das obrigações do plano de reforma cobertas por recursos gerais da empresa.</p> <p>Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA,BI e BCG Brasil)</p>	-	-	n.a	•
<b>G4- EC4</b>	Benefícios financeiros significativos recebidos pelo governo				
	<p>De acordo com a legislação em vigor, o Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) prevê a dedução de encargos com a criação líquida de novos postos de trabalho e o Código do IRC (CIRC) a majoração e quotizações e donativos. No exercício de 2015, as referidas realidades cifravam-se no montante de 7.132.807,67 euros, as quais aplicando a taxa de IRC de 21% gerariam um valor recuperável de imposto sobre o rendimento de 1.497.889,61. Contudo, a CGD não irá usufruir destes benefícios, dado não ter gerado matéria coletável que o permita.</p> <p>O BCA, o BI e o BCG Brasil não receberam apoios financeiros do Governo.</p> <p>Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA,BI e BCG Brasil)</p>	-	-	n.a	•

## ASPECTO: PRESENÇA NO MERCADO

<b>G4- EC5</b>	Intervalo de variação da proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, por género				
	<p><b>CGD,SA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Género feminino: 212%</li> <li>- Género masculino: N.A (na categoria profissional mais baixa, não existem homens em 2015)</li> </ul> <p><b>BCA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Género feminino: 245%</li> <li>- Género masculino: 245%</li> </ul> <p><b>BI:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Género feminino: 274%</li> <li>- Género masculino: 274%</li> </ul> <p><b>BCG Brasil:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Género feminino: 271%</li> <li>- Género masculino: 317%</li> </ul> <p>Notas Metodológicas – pág 3</p> <p>Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA,BI e BCG Brasil)</p>	Princípio 6	1. Erradicar a pobreza 5. Igualdade de género 8. Trabalho digno e crescimento económico	n.a	•



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
<b>G4-EC6</b>	<p>Proporção de contratação de pessoal para postos de alta gestão na comunidade local</p> <p>Não aplicável para a CGD,SA. A Alta Gestão (Administração de topo) do BI é nomeada pela Assembleia Geral de acionistas. Até 2015 a maioria dos seus membros não era recrutado no mercado cabo-verdiano. A partir de 2015, com o alargamento do CA do BI para mais dois elementos (num total de 7), a maioria dos seus membros são recrutados no mercado cabo-verdiano. As funções de primeira linha são contratadas no mercado cabo-verdiano. Os postos de alta gestão do BCA são definidos e nomeados pela Comissão Executiva da CGD. No BCG Brasil os postos de alta gestão são definidos pela Comissão Executiva da CGD. Notas Metodológicas – pág. 3 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA, BI, BCG Brasil)</p>	Princípio 6	8. Trabalho digno e crescimento económico	n.a	•
<b>G4-EC7</b>	<p>Desenvolvimento e impacte dos investimentos em infraestruturas e serviços apoiados</p> <p>Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág 37 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág 41 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA; BI; BCG Brasil)</p>	–	<p>2. Erradicar a fome</p> <p>5. Igualdade de género</p> <p>7. Energias renováveis e acessíveis</p> <p>9. Indústria, inovação e infraestruturas</p> <p>11. Cidades e comunidades sustentáveis</p>		•
<b>G4-EC8</b>	<p>Impactes económicos indiretos, incluindo a extensão dos impactes</p> <p>Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 35 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 32 Âmbito: CGD,SA</p>	–	<p>1. Erradicar a pobreza</p> <p>2. Erradicar a fome</p> <p>3. Saúde de qualidade</p> <p>8. Trabalho digno e crescimento económico</p> <p>10. Reduzir as desigualdades</p> <p>17. Parceria para a implementação dos objetivos</p>	n.a	•



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
---------------	-------------	---------------------	---------------------	----------	------------------

**ASPECTO: PRÁTICAS DE COMPRA\***

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. O tema “Gestão Responsável de Fornecedores” foi considerado um tema de prioridade média. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de 2015 - pág. 9)).
- b – A CGD tem um conjunto de iniciativas relacionadas com este tema (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 31)
- c – A CGD monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os publicamente (Gestão responsável de fornecedores – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 31-32)

G4 - EC9	Proporção de despesas com fornecedores locais	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 35 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág 32 Notas Metodológicas – pág. 3 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA, BI, BCG Brasil, Mercantile Bank)	–	12. Produção e consumo sustentáveis	n.a	•
----------	---	--	---	-------------------------------------	-----	---

**INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL**

**ASPECTO: MATERIAIS\***

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. O tema “Ecoeficiência” foi considerado um tema de prioridade média. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 9).
- b – A CGD tem um conjunto de iniciativas relacionadas com este tema (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 46)
- c – A CGD monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os publicamente (Gestão Ambiental – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 51 e Indicadores de Sustentabilidade, pág. 9)

G4 - EN1	Consumo total de materiais por peso ou volume	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 43 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 51 Indicadores de Sustentabilidade 2015 Notas Metodológicas – pág 3-4 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA, BI, BCG Brasil)	Princípios 7 e 8	8. Trabalho digno e crescimento económico 12. Produção e consumo sustentáveis	n.a	•
G4 - EN2	Percentagem de materiais utilizados provenientes de reciclagem	Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 51 Âmbito: CGD, SA	Princípio 8	8. Trabalho digno e crescimento económico 12. Produção e consumo sustentáveis	n.a	•



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
<b>ASPECTO: ENERGIA*</b>					
Formas de Gestão:					
a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de stakeholders e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. Os temas “Ecoeficiência” e “Combate às alterações climáticas - Eficiência Energética, emissões de CO2 e energias alternativas” foram considerados temas de prioridade média. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 46).					
b – A CGD tem um conjunto de iniciativas relacionadas com este tema (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 46)					
c – A CGD monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os publicamente (Gestão Ambiental – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 48 e Indicadores de Sustentabilidade, pág. 7)					

13	<b>G4 - EN3</b>	Consumo de energia dentro da organização	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 14, 41-43 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 48-49 Indicadores de Sustentabilidade 2015 Notas Metodológicas – pág. 4-5 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA, BI, BCG Brasil)	Princípios 7 e 8	7. Energias renováveis e acessíveis 8. Trabalho digno e crescimento económico 12. Produção e consumo sustentáveis 13. Ação climática	n.a	●
	<b>G4 - EN4</b>	Consumo de energia fora da organização	A CGD monitoriza o tratamento de resíduos e as viagens de negócios. No entanto, não existem fatores de conversão disponíveis na bibliografia que permitam à CGD determinar, de forma expedita, o seu consumo de energia associado. Âmbito: CGD,SA	Princípio 8	7. Energias renováveis e acessíveis 8. Trabalho digno e crescimento económico 12. Produção e consumo sustentáveis 13. Ação climática	n.a	●
	<b>G4 - EN5</b>	Intensidade energética	Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 41 Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 49 Notas Metodológicas – pág. 5 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA, BI, BCG Brasil)	Princípio 8	7. Energias renováveis e acessíveis 8. Trabalho digno e crescimento económico 12. Produção e consumo sustentáveis 13. Ação climática	n.a	●



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.	
<b>G4 - EN6</b>	Redução do consumo de energia	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 41 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 48 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA, BI, BCG Brasil)	Princípios 8 e 9	7. Energias renováveis e acessíveis 8. Trabalho digno e crescimento económico 12. Produção e consumo sustentáveis 13. Ação climática	n.a	•
<b>G4 - EN7</b>	Reduções nas necessidades energéticas dos produtos e serviços	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 71, 74-75, 87-88, 96 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 59-60 Âmbito: CGD, SA	Princípios 8 e 9	7. Energias renováveis e acessíveis 8. Trabalho digno e crescimento económico 12. Produção e consumo sustentáveis 13. Ação climática	n.a	•

**ASPECTO: ÁGUA\***

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. Os temas “Ecoeficiência” foi considerado um tema de prioridade média. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 9).
- b – A CGD tem um conjunto de iniciativas relacionadas com este tema (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 46)
- c – A CGD monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os publicamente (Gestão Ambiental – Relatório de Gestão e Contas 2015 /1.4.8 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 50 )

<b>G4 - EN8</b>	Total de captações de água discriminado por fonte	Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 43 Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 50 Indicadores de Sustentabilidade Notas Metodológicas – pág. 5 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA, BI, BCG Brasil)	Princípios 7 e 8	6. Água potável e saneamento	n.a	•
<b>G4 - EN9</b>	Fontes hídricas afetadas significativamente pela captação de água	Não aplicável	Princípio 8	–	n.a	•
<b>G4-EN10</b>	% e Volume total de água reciclada e reutilizada	Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 46, 50 As instalações da CGD não possuem qualquer tipo de sistema de recuperação de água. Âmbito: CGD,SA	Princípio 8	6. Água potável e saneamento 8. Trabalho digno e crescimento económico 12. Produção e consumo sustentáveis	n.a	•

**ASPECTO: BIODIVERSIDADE\***

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. O tema “Sistema de Gestão Ambiental” foi considerado um tema de prioridade média. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.2 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 91).
- b – A CGD tem iniciativas relacionadas com este tema (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 54, 56)
- c – A CGD monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os publicamente (Gestão Ambiental – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 54)

G4- EN11	Localização em áreas protegidas ou adjacentes	Este indicador não é considerado relevante para a CGD uma vez que a sua atividade é desenvolvida em áreas urbanas. O risco de estar localizado em áreas protegidas ou de interesse para a biodiversidade, ou em áreas adjacentes, é nulo. De referir que a CGD desenvolve iniciativas relacionadas com a proteção da biodiversidade através do Projeto Floresta Caixa e que contribui para minimizar o impacto ambiental da sua atividade e induzir boas práticas ambientais junto dos seus Colaboradores, Clientes e sociedade em geral, numa visão de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável. Âmbito: CGD,SA	Princípio 8	6. Água potável e saneamento 14. Proteger a vida marinha 15. Proteger a vida terrestre	n.a	•
G4-EN12	Descrição dos principais impactes das atividades, produtos e serviços da organização sobre a biodiversidade em áreas protegidas e em áreas ricas em biodiversidade	Este indicador não é considerado relevante para a CGD (vide EN11). Âmbito: CGD,SA	Princípio 8	6. Água potável e saneamento 14. Proteger a vida marinha 15. Proteger a vida terrestre	n.a	•
G4- EN13	Habitats protegidos ou restaurados	Este indicador não é considerado relevante para a CGD (vide EN11). Âmbito: CGD,SA	Princípio 8	6. Água potável e saneamento 14. Proteger a vida marinha 15. Proteger a vida terrestre	n.a	•
G4 -EN14	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas pelas operações	Este indicador não é considerado relevante para a CGD (vide EN11). Âmbito: CGD,SA	Princípio 8	6. Água potável e saneamento 14. Proteger a vida marinha 15. Proteger a vida terrestre	n.a	•



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.	
<b>ASPECTO: EMISSÕES*</b>						
Formas de Gestão:						
a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. O tema Combate às alterações climáticas - Eficiência Energética, emissões de CO2 e energias alternativas” foi considerado tema de prioridade média. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 9).						
b – A CGD tem um conjunto de iniciativas relacionadas com este tema (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 56)						
c – A CGD monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os publicamente (Gestão Ambiental – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 47, 57-58 e Indicadores de Sustentabilidade, pág. 8)						
<b>G4-EN15</b>	Emissões diretas de GEE (Âmbito 1)	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 42 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 57 Indicadores de Sustentabilidade Notas Metodológicas, pág. 6-7 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA, BI, BCG Brasil)	Princípios 7 e 8	3. Saúde de qualidade 12. Produção e consumo sustentáveis 13. Ação climática 14. Proteger a vida marinha 15. Proteger a vida terrestre	n.a	•
<b>G4-EN16</b>	Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2)	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 42 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 57 Indicadores de Sustentabilidade Notas Metodológicas, pág. 7 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA, BI, BCG Brasil)	Princípios 7 e 8	3. Saúde de qualidade 12. Produção e consumo sustentáveis 13. Ação climática 14. Proteger a vida marinha 15. Proteger a vida terrestre	n.a	•
<b>G4-EN17</b>	Emissões indiretas de GEE (âmbito 3)	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 42 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 57 Indicadores de Sustentabilidade Notas Metodológicas, pág. 7-8 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA, BI, BCG Brasil)	Princípios 7 e 8	3. Saúde de qualidade 12. Produção e consumo sustentáveis 13. Ação climática 14. Proteger a vida marinha 15. Proteger a vida terrestre	n.a	•
<b>G4-EN18</b>	Intensidade carbónica	Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 42 Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 58 Notas Metodológicas, pág. 5 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA, BI, BCG Brasil)	Princípio 8	13. Ação climática 14. Proteger a vida marinha 15. Proteger a vida terrestre	n.a	•
<b>G4-EN19</b>	Redução de emissões de GEE	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 42 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 47, 57-58 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA, BI, BCG Brasil)	Princípios 8 e 9	13. Ação climática 14. Proteger a vida marinha 15. Proteger a vida terrestre	n.a	•





INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.	
<b>G4-EN20</b>	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso	De acordo com as <i>guidelines</i> GRI, as substâncias destruidoras da camada do ozono contidas por produtos ou equipamentos derivados do uso ou deposição, não são abrangidos por este indicador. Por esta razão, este Indicador não é aplicável à CGD. Âmbito: CGD, SA	Princípios 7 e 8	3. Saúde de qualidade 12. Produção e consumo sustentáveis	n.a	•
<b>G4-EN21</b>	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas	As emissões deste tipo de substâncias podem decorrer da utilização dos geradores de emergência e da frota automóvel da CGD. No caso da CGD, estas emissões são pouco significativas. Total de emissões NOx: 44 t Total de emissões SO2: 9x10-3 t Notas Metodológicas, pág. 8 Âmbito: CGD, SA	Princípios 7 e 8	3. Saúde de qualidade 12. Produção e consumo sustentáveis 14. Proteger a vida marinha 15. Proteger a vida terrestre	n.a	•

**ASPECTO: EFLUENTES E RESÍDUOS\***

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. O tema “Sistema de Gestão Ambiental” foi considerado um tema de prioridade média. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 9).
- b – A CGD tem iniciativas relacionadas com este tema (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 46)
- c – A CGD monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os publicamente (Gestão Ambiental – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 52-53)

<b>G4-EN22</b>	Produção de efluentes líquidos, por qualidade e por destino	As instalações da CGD estão localizadas em zonas urbanas, dotadas de infraestruturas de saneamento básico e com recolha de águas pluviais. As águas residuais domésticas são enviadas para o coletor municipal, pelo que este indicador não é considerado aplicável à CGD. No entanto, de forma a cumprir a legislação ambiental aplicável nesta matéria, a CGD efetuou em 2015 um conjunto de análises às águas residuais sem não conformidades. Âmbito: CGD, SA	Princípio 8	3. Saúde de qualidade 6. Água potável e saneamento 12. Produção e consumo sustentáveis 14. Proteger a vida marinha	n.a	•
----------------	---	--	-------------	---	-----	---



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.	
G4 -EN23	Peso de resíduos produzidos, por tipo e por método de tratamento	Relatório de Gestão e Contas 2015 – pág. 43-44 Relatório de Sustentabilidade 2015 – pág. 52 Notas Metodológicas, pág. 8 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA. BI, BCG Brasil)	Princípio 8	3. Saúde de qualidade 6. Água potável e saneamento 12. Produção e consumo sustentáveis	n.a	•
G4 -EN24	Ocorrência de derrames	De acordo com a atividade da CGD este indicador não é considerado material. No entanto, em 2014, no âmbito do SGA foram instaladas bacias de retenção em pontos estratégicos do Edifício Sede para prevenir e conter eventuais derrames que possam ocorrer. Em 2015 foi ainda realizado um simulacro que testou o cenário de derrame ambiental. Âmbito: CGD,SA	Princípio 8	3. Saúde de qualidade 6. Água potável e saneamento 12. Produção e consumo sustentáveis 14. Proteger a vida marinha 15. Proteger a vida terrestre	n.a	•
G4 -EN25	Peso de resíduos perigosos transportados, importados, exportados ou tratados e percentagem de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente	Não aplicável à CGD, dada a natureza da sua atividade	–	3. Saúde de qualidade 12. Produção e consumo sustentáveis	n.a	•
G4- EN26	Recursos hídricos, e respetivos habitats afetados pelas descargas de água e drenagem	As instalações da CGD encontram-se localizadas em zonas urbanas pelo que não existem recursos hídricos afetados pela descarga de água. Âmbito: CGD,SA	Princípio 8	6. Água potável e saneamento 14. Proteger a vida marinha 15. Proteger a vida terrestre	n.a	•

**ASPECTO: PRODUTOS E SERVIÇOS\***

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. O tema “Produtos com benefício ambiental” foi considerado um tema de prioridade média. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 9).
- b – A CGD tem iniciativas relacionadas com este tema (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 56)
- c – A CGD monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os publicamente (Gestão Ambiental – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.6.2 Segmentos de Atividade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 59-60)



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.	
<b>G4-EN27</b>	Iniciativas de mitigação dos impactes ambientais dos produtos e serviços da organização e a extensão da redução desses impactes	Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 49, 53 Âmbito: CGD,SA	Princípios 7, 8 e 9	6. Água potável e saneamento 8. Trabalho digno e crescimento económico 12. Produção e consumo sustentáveis 13. Ação climática 14. Proteger a vida marinha 15. Proteger a vida terrestre	n.a	•
<b>G4-EN28</b>	Produtos e embalagens recuperados	A atividade da CGD não permite a recuperação de produtos e/ou embalagens. No entanto, a CGD tem apostado na valorização de resíduos, como por exemplo o encaminhamento dos cartões bancários inutilizados para reciclagem. (Ver resposta ao indicador EN23). Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 53 Âmbito: CGD,SA	Princípio 8	8. Trabalho digno e crescimento económico 12. Produção e consumo sustentáveis	n.a	•

**ASPECTO: CONFORMIDADE**

<b>G4-EN29</b>	Valor monetário de multas e número de sanções não-monetárias resultantes do não cumprimento de leis e regulamentos ambientais	No decorrer de 2015, verificou-se a inexistência de ocorrências. Âmbito: CGD,SA	Princípio 8	16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•
----------------	---	--	-------------	--	-----	---

**ASPECTO: TRANSPORTE**

<b>G4-EN30</b>	Impacte ambiental significativo do transporte de produtos e outros bens utilizados nas operações da organização e do transporte de pessoal	Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 42 Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 57 Âmbito: CGD,SA	Princípio 8	11. Cidades e comunidades sustentáveis 12. Produção e consumo sustentáveis 13. Ação climática	n.a	•
<b>G4-EN31</b>	Total de custos e investimentos em proteção ambiental, por tipo	Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 40 Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 47 Notas Metodológicas, pág. 8 Âmbito: CGD,SA	Princípios 7, 8 e 9	7. Energias renováveis e acessíveis 9. Indústria, inovação e infraestruturas 12. Produção e consumo sustentáveis 13. Ação climática 14. Proteger a vida marinha 15. Proteger a vida terrestre 17. Parceria para a implementação dos objetivos	n.a	•



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.	
<b>G4-EN32</b>	Novos fornecedores avaliados com critérios ambientais	Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 35-36 Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 32 Notas Metodológicas, pág. 8 Âmbito: CGD,SA	Princípio 8	-	-	•
<b>G4-EN33</b>	Impactes ambientais negativos na cadeia de abastecimento e ações tomadas	Em 2015, foram efetuadas avaliações ambientais no âmbito das avaliações de conformidade legal a quatro estruturas da rede comercial e durante a auditoria interna ao SGA. A Direção de Gestão de Risco da CGD não tem implementados procedimentos específicos para identificação deste tipo de situações, que, apenas em situações inequívocas de incumprimentos legais por parte da CGD se podem enquadrar no âmbito da gestão do risco operacional. Os impactos deste tipo de situações coloca-se essencialmente ao nível do risco reputacional. São, no entanto, consultadas anualmente as bases de dados de eventos de risco operacional ("lost data collection") e de deficiências de controlo interno por forma a identificar situações que possam impactar a cadeia de fornecimento. Em 2015, não há conhecimento de impactos ambientais negativos na cadeia de fornecimento. Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 36 Âmbito: CGD,SA	Princípio 8	-	n.a	•
<b>G4-EN34</b>	Número de reclamações ambientais	Em 2015, nenhuma das reclamações registadas no sistema de gestão de reclamações da CGD S.A. está associada a um impacte ambiental significativo. Âmbito: CGD,SA	Princípio 8	16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•



**ASPECTO: EMPREGO\***

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. Os temas “Diversidade e igualdade de oportunidades”, “Saúde e segurança ocupacional” e “Conciliação da Vida Profissional e Pessoal” encontram-se associados a este aspeto, tendo sido considerados temas de prioridade média. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 9).
- b – A CGD tem iniciativas relacionadas com estes temas (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 20)
- c – A CGD monitoriza indicadores associados a estes temas e reporta-os publicamente (1.4.7 Capital Humano– Relatório de Gestão e Contas 2015 e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 21-23 )

<p><b>G4- LA1</b></p>	<p>Número e taxa de novas contratações e taxa de rotatividade por faixa etária, género e região</p>	<p>Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 26                  Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 22                  Indicadores de Sustentabilidade, pág. 3                  Notas Metodológicas, pág. 9                  Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA. BI, BCG Brasil)</p>	<p>–</p>	<p>5. Igualdade de género                  8. Trabalho digno e crescimento económico</p>	<p>n.a</p>	<p>•</p>
-----------------------	---	---	----------	--	------------	----------



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.	
G4-LA2	Benefícios para colaboradores a tempo integral que não são atribuídos aos colaboradores temporários ou a tempo parcial*	<p>Relatório de Gestão e Contas 2015 - Pág. 30, 613-615</p> <p>A atribuição de benefícios na CGD S.A, não depende do regime de trabalho, integral ou parcial.</p> <p>No BI, os benefícios que não são atribuídos aos colaboradores temporários ou em regime parcial são o Crédito a Empregados e Crédito à Habitação Própria a Empregados, à luz do normativo em vigor; e as progressões na carreira conforme estipulado no Estatuto do Pessoal em vigor. Não existe qualquer outro benefício que os colaboradores a tempo integral usufruam e que não seja atribuído aos do tempo parcial.</p> <p>No BCG Brasil os benefícios concedidos aos colaboradores incluem assistência médica e odontológica concedida a todos os colaboradores e seus dependentes diretos (cônjuge ou companheiro(a) e filhos); programa de previdência Complementar após 90 dias da data de admissão; seguro de vida; vales de transporte, refeição, alimentação e cultura; e subsídio para creche e ama e subsídio para filhos com grau de deficiência.</p> <p>Em 2015, no BCG Brasil não existiam colaboradores a tempo parcial.</p> <p>Em 2015, no BCA concedeu os seguintes benefícios aos seus colaboradores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Créditos à habitação, automóvel, abonos fiscais e adiantamentos de vencimentos a taxas bonificadas;</li> <li>• Subsídio de renda de casa, para alguns gerentes;</li> <li>• Prémio de Produtividade, atribuído anualmente e indexado à Avaliação de Desempenho;</li> <li>• Participação em 50% do valor das propinas dos Cursos de Formação académica ou profissional frequentados no país, quando considerados de interesse para o Banco; e participação em 75% do valor da propina mensal, aos colaboradores que queiram frequentar cursos de inglês ministrados no país, sendo a decisão tomada caso a caso, em função do interesse concreto para o Banco e do valor das propinas;</li> <li>• Seguros de Vida para todos os Colaboradores;</li> <li>• Participação nas mensalidades pagas pelos Colaboradores em ginásios;</li> <li>• Subsídio de refeição e subsídio de combustível (atribuído a algumas chefias);</li> <li>• Atribuição de telemóveis e carregamentos (atribuídos a algumas chefias e técnicos de áreas específicas); e</li> <li>• Atribuição de viaturas aos Diretores e Coordenadores de Órgãos de Staff.</li> </ul> <p>Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA, BI, BCG Brasil)</p>	-	8. Trabalho digno e crescimento económico	n.a	•



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
G4-LA3	Taxas de retorno ao trabalho e retenção após licença parental, por género	Princípio 3	5. Igualdade de género 8. Trabalho digno e crescimento económico	n.a	•

**CGD,SA:**

- Taxa de retorno ao trabalho: Masculino: 94%; Feminino:73%; Total: 80%
- Taxa de retenção: Masculino: 98%; Feminino: 99%; Total: 99%

**BCA:**

- Taxa de retorno ao trabalho: Masculino: 100%; Feminino:100%; Total: 100%
- Taxa de retenção: Masculino: 100%; Feminino:100%; Total: 100%

**BI:**

- Taxa de retorno ao trabalho: Masculino: 100%; Feminino:83%; Total: 88%
- Taxa de retenção: Masculino: 100%; Feminino:80%; Total: 89%

**BCG Brasil:**

- Taxa de retorno ao trabalho: Masculino: 100%; Feminino: 0%; Total: 50%
- Taxa de retenção: Masculino: NA; Feminino: NA; Total: NA

Notas Metodológicas, pág. 9

Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA, BI, BCG Brasil)



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.	
G4-LA4	Prazos Mínimos de aviso prévio em caso de alterações operacionais	<p>Em regra, os prazos mínimos de notificação em relação àquilo que poderão ser consideradas “mudanças operacionais” são os previstos no Código do Trabalho. Apenas situações específicas estão previstas nos Acordos de Empresa.</p> <p>Realçamos as seguintes situações, para as quais estão estabelecidos prazos mínimos de notificação prévia:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Transferência do trabalhador para outro local de trabalho, por iniciativa da empresa: a transferência deve ser comunicada ao trabalhador com a antecedência mínima de 30 dias (cláusula 49º, nº 6 dos AE's)</li> <li>- Alteração relevante do horário de trabalho: deve ser precedida de consulta ao trabalhador afetado, com a antecedência mínima de 10 dias (cláusula 38º, nº 2 dos AE's)</li> <li>- Caducidade de contrato de trabalho a termo certo: o empregador deve comunicar ao trabalhador a vontade de fazer cessar o contrato com a antecedência mínima de 15 dias antes do final do prazo estipulado para o contrato (art. 344º, nº 1 do Código do Trabalho)</li> <li>- Caducidade de contrato de trabalho a termo incerto: o empregador deve comunicar ao trabalhador a vontade de fazer cessar o contrato com a antecedência mínima de 7, 30 ou 60 dias, conforme o contrato tenha durado até 6 meses, de 6 meses a 2 anos ou mais de 2 anos (art. 345º, nº 1 do Código do Trabalho)</li> <li>- Despedimento coletivo ou por extinção de posto de trabalho: aviso prévio variável entre 15 e 75 dias, em função da antiguidade do trabalhador (art. 363º, nº 1 e art. 371º, nº 3 do Código do Trabalho). No entanto, em caso de encerramento definitivo do estabelecimento, a CGD está obrigada a colocar os colaboradores noutra estabelecimento ou em empresas jurídica ou financeiramente associadas ou economicamente interdependentes. Só no caso desta nova colocação ser de todo inviável é que a empresa poderá avançar para o processo legal de despedimento coletivo (vd. cláusula 30ª dos AE's).</li> </ul> <p>Âmbito: CGD,SA</p>	Princípio 4	8. Trabalho digno e crescimento económico	n.a	•
G4- LA5	Colaboradores representados em comissões de segurança e saúde ocupacional	<p>Não existe um Comité específico de segurança e saúde ocupacional. O Conselho Delegado de Pessoal, Meio e Sistemas da CGD S.A. trata o tema de segurança e saúde ocupacional, entre outros temas, abrangendo todos os colaboradores.</p> <p>Âmbito: CGD,SA</p>	-	8. Trabalho digno e crescimento económico	n.a	•





INDICADOR GRI		LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
G4- LA6	Rácios de acidentes, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho, por região e género	<p><b>Taxa de frequência de acidentes de trabalho</b>  CGD,SA: Masc: 1,91; Fem: 4,37; Portugal: 3,29  BCA: Masc: 0; Fem: 0; Cabo Verde: 0  BI: Masc: 0; Fem: 0; Cabo Verde: 0  BCG Brasil: Masc: 0; Fem: 0</p> <p><b>Taxa de gravidade de acidentes de trabalho</b>  CGD, SA: Masc: 36,69 Fem: 90,41; Portugal: 66,80  BCA: Masc: 0; Fem: 0; Cabo Verde: 0  BI: Masc: 0; Fem: 0; Cabo Verde: 0  BCG Brasil: Masc: 0; Fem: 0</p> <p><b>Taxa de frequência de doenças profissionais:</b>  CGD, SA: Masc: 0; Fem: 0; Portugal: 0  BCA: Masc: 0; Fem: 0; Cabo Verde: 0  BI: Masc: 0; Fem: 0; Cabo Verde: 0  BCG Brasil: Masc: 0; Fem: 0</p> <p><b>Taxa de absentismo:</b>  CGD,SA: Masc: 2,77%; Fem: 4,14% Portugal: 3,54  BCA: Masc: 2%; Fem: 4%; Cabo Verde: 3%  BI: Masc: 11%; Fem: 4%; Cabo Verde: 6%  BCG Brasil: ND</p> <p><b>Número de óbitos relacionados com o trabalho:</b>  CGD, SA: Masc: 0; Fem:0; Portugal: 0  BCA: Masc: 0; Fem: 0; Cabo Verde: 0  BI: Masc: 0; Fem:0; Cabo Verde: 0  BCG Brasil: Masc: 0; Fem: 0  Notas Metodológicas, pág. 9  Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA, BI e BCG Brasil)</p>	-	3. Saúde de qualidade 8. Trabalho digno e crescimento económico	n.a	
G4-LA7	Colaboradores com elevada incidência e elevado risco de doenças graves	<p>Na CGD não existem colaboradores envolvidos em atividades ocupacionais com elevada incidência/risco de doenças específicas/graves.  Âmbito: CGD,SA</p>	-	3. Saúde de qualidade 8. Trabalho digno e crescimento económico	n.a	●



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
G4-LA8	<p>Temas de saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos</p> <p>A CGD celebrou Acordos de Empresa com todos os Sindicatos com representatividade na empresa, o que representa uma taxa de 100%.</p> <p>Quanto à saúde e segurança, estes Acordos consagram, nas suas cláusulas 95ª e 96ª, um conjunto de obrigações para a empresa ao nível da saúde (Medicina do Trabalho) e higiene e segurança nos locais de trabalho.</p> <p>Relativamente à saúde (cláusula 95ª), para além dos exames regulares legalmente obrigatórios, o serviço de Medicina do Trabalho está obrigado a pôr em prática as medidas necessárias à profilaxia das doenças infecto-contagiosas e, bem assim, a realizar rastreios oftalmológicos anuais.</p> <p>Em caso de acidente de trabalho ou doença súbita no local de trabalho, a empresa está obrigada a assegurar os imediatos socorros médicos e farmacêuticos, bem como o transporte para unidades hospitalares.</p> <p>Ao nível da higiene e segurança nos locais de trabalho (clª 96ª), a empresa obrigou-se a dotar os locais de trabalho de corretas condições de higiene, salubridade e segurança, por forma a assegurar um ambiente de trabalho salubre e evitar o risco de doenças profissionais e acidentes de trabalho, assegurar os níveis de intensidade sonora recomendados pelas entidades oficiais, disponibilizar água potável a todos os trabalhadores e em locais acessíveis, efetuar as operações de limpeza fora do período de trabalho, salvo em casos de força maior, e, bem assim, efetuar todos os trabalhos de reparação e conservação necessários para que não seja posta em risco a vida ou saúde dos trabalhadores.</p> <p>Âmbito: CGD,SA</p>	-	8. Trabalho digno e crescimento económico	n.a	•

#### ASPECTO: FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO\*

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. O tema “Desenvolvimento do Capital Humano” foi considerado um tema de prioridade elevada. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 9)
- b – A CGD tem iniciativas relacionadas com estes temas (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 20)
- c – A CGD monitoriza indicadores associados a estes temas e reporta-os publicamente (1.4.7 Capital Humano– Relatório de Gestão e Contas 2015, Relatório de Sustentabilidade, pág. 23-26 e Indicadores de Sustentabilidade, pág. 4)



INDICADOR GRI		LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
G4-LA9	Média de horas de formação anual por colaborador, género e categoria profissional	Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 28 Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 24 Indicadores de Sustentabilidade, pág. 4 Notas Metodológicas, pág. 9-10 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA, BI, BCG Brasil)	-	4. Educação de qualidade 5. Igualdade de género 8. Trabalho digno e crescimento económico	n.a	•
G4-LA10	Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua	Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 27-28 Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 24-25 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA, BI, BCG Brasil)	-	8. Trabalho digno e crescimento económico	n.a	•
G4-LA11	Percentagem de colaboradores que recebem regularmente avaliação de desempenho, por género e categoria profissional	Em 2015, 100% dos colaboradores da CGD,SA (elegíveis para o processo de avaliação) ao serviço receberam avaliação de desempenho. No BI, o programa de avaliação de desempenho é aplicado anualmente. A percentagem de colaboradores avaliados foi de 75%, tendo a Comissão Executiva retirado do âmbito de aplicação do Sistema de Avaliação em vigor os quadros avaliados diretamente pela Administração, por considerar o modelo desadequado para estes colaboradores. No BCG Brasil, o processo de avaliação de desempenho aplica-se a todos os Colaboradores do banco. Colaboradores temporários e prestadores de serviço estão excluídos da Política de avaliação de desempenho do Banco. A avaliação de desempenho no BCA é feita anualmente, e aplica-se a todos os colaboradores do Banco (com exceção do Conselho de Administração), independentemente do vínculo contratual. É dever do Banco, em geral, e do avaliador, em particular, assegurar a avaliação dos colaboradores que tenham estado, no mínimo 3 meses em atividade no ano de avaliação. Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 29 Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 26 Notas Metodológicas, pág. 10 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA, BI, BCG Brasil)	Princípio 6	5. Igualdade de género 8. Trabalho digno e crescimento económico	n.a	•

**ASPECTO: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES\***

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. O tema “Diversidade e igualdade de oportunidades” foi considerado um tema de prioridade média. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 9).
- b – A CGD tem iniciativas relacionadas com este tema (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 20)
- c – A CGD monitoriza indicadores associados a estes temas e reporta-os publicamente (1.4.7 Capital Humano– Relatório de Gestão e Contas 2015 e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 21 e Indicadores de Sustentabilidade, pág. 5-6)

G4 -LA12	Mão-de-obra por categoria profissional, género, faixa etária e minoria e outros indicadores de diversidade	Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 24-25 Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 21 Indicadores de Sustentabilidade 2015, pág. 5 Notas Metodológicas, pág. 10 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA, BI, BCG Brasil)	Princípio 6	5. Igualdade de género 8. Trabalho digno e crescimento económico	n.a	•
G4- LA13	Rácio entre o salário base e remuneração da mulher e do homem, por localização de operação significativa	Indicadores de Sustentabilidade 2015, pág. 6 Notas Metodológicas, pág. 10 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BCA, BI, BCG Brasil)	Princípio 6	5. Igualdade de género 8. Trabalho digno e crescimento económico 10. Reduzir as desigualdades	n.a	•
G4 -LA14	Novos fornecedores avaliados com critérios de práticas laborais	Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 35 Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 32 Notas Metodológicas, pág. 8 Em 2015, no BI, não houve uma prática sistemática de avaliação de fornecedores em matéria de direitos humanos e laborais. Os fornecedores do BCA não foram avaliados com critérios de práticas laborais. O BCG Brasil avalia os seus fornecedores no sentido de observar o cumprimento de normas trabalhistas, eventuais processos/condenações judiciais ou administrativos, e consulta aos media. Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA e BCG Brasil)	-	5. Igualdade de género 8. Trabalho digno e crescimento económico 16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
G4-LA15	Impactes negativos nas práticas laborais na cadeia de fornecimento e ações tomadas	–	5. Igualdade de género 8. Trabalho digno e crescimento económico 16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•
G4-LA16	Número de reclamações sobre práticas laborais, endereçadas e resolvidas através mecanismos de reclamação formais	–	16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•

**ASPECTO: INVESTIMENTO\***

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. O tema “Direitos Humanos” foi considerado um tema de prioridade média. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 9).
- b – A CGD tem iniciativas relacionadas com este tema (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 17)
- c – A CGD monitoriza indicadores associados a estes temas e reporta-os publicamente (1.4.7 Capital Humano– Relatório de Gestão e Contas 2015 e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 18-19)



INDICADOR GRI		LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
G4 - HR1	Acordos de investimento e contratos com cláusulas sobre direitos humanos	<p>A carteira de Project Finance do Grupo CGD está sobretudo concentrada em projetos na Península Ibérica. A salvaguarda de direitos humanos é um pressuposto da legislação nesses países, sendo obrigatório o seu cumprimento pelos respetivos agentes económicos. Noutras geografias em que o Grupo CGD atua, como sejam o Brasil e África, os Projetos financiados que incluem direta ou indiretamente cláusulas referentes a direitos humanos, dizem nomeadamente respeito a operações em que participam também instituições multilaterais. São contudo ainda pouco expressivas se tivermos em conta o número total de projetos acompanhados pela Área de Project Finance. Dos 3 projetos significativos fechados em 2015 nenhum incluiu cláusulas de direitos humanos</p> <p>Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 89</p> <p>No BI não existiram contratos com cláusulas de direitos humanos em 2015.</p> <p>No BCA não existiram contratos de crédito incluindo cláusulas de direitos humanos em 2015.</p> <p>Entretanto, nos contratos de prestação de serviços de segurança foram feitas algumas referências às boas práticas laborais – dever de cumprimento da legislação laboral em vigor, sob pena de resolução do contrato.</p> <p>Todos os contratos de operações firmados pelo BCG Brasil possuem cláusulas que atribuem responsabilidades aos clientes quanto ao não cumprimento da legislação em todos os seus aspetos, inclusive a de direitos humanos.</p> <p>Notas Metodológicas, pág. 10</p> <p>Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA e BCG Brasil)</p>	Princípio 2	-	n.a	•
G4 - HR2	Formação de colaboradores quanto a direitos humanos	<p>Em 2015, não foram ministradas na CGD S.A. ações de formação a colaboradores sobre políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados a aspetos de direitos humanos relevantes para operações da CGD S.A.</p> <p>Em 2015 não foi realizada formação na área de direitos humanos no BI nem no BCA e BCG Brasil. Em 2015, no BCG Brasil houve formação de compliance para os colaboradores das áreas de Negócios, no qual se mencionou a importância do cumprimento de leis e regulamentos e principalmente, de princípios éticos adequados.</p> <p>Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA e BCG Brasil)</p>	Princípio 1	-	n.a	•



**ASPECTO: NÃO-DISCRIMINAÇÃO\***

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. O tema “Diversidade e igualdade de oportunidades”, associado a este aspeto, foi considerado um tema de prioridade média. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 9).
- b – A CGD tem iniciativas relacionadas com este tema (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 20-31)
- c – A CGD monitoriza indicadores associados a estes temas e reporta-os publicamente (1.4.7 Capital Humano– Relatório de Gestão e Contas 2015 e Relatório Sustentabilidade 2015, pág 21-22, 32 )

31

<p><b>G4 - HR3</b></p>	<p>Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas</p>	<p>Na CGD não existe registo de qualquer caso de discriminação entre colaboradores / potenciais colaboradores que esteja devidamente comprovado como tal, nomeadamente por decisão judicial transitada em julgado. Também nos bancos afiliados, em 2015, não foram registados casos de discriminação.</p> <p>Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA e BCG Brasil)</p>	<p>Princípio 6</p>	<p>5. Igualdade de género 8. Trabalho digno e crescimento económico 16. Paz, justiça e instituições eficazes</p>	<p>n.a</p>	<p>•</p>
<p><b>G4 - HR4</b></p>	<p>Operações e fornecedores identificados com risco de violação do direito de liberdade de associação e negociação coletiva, e medidas tomadas*</p>	<p>Na CGD S.A. não há conhecimento de situações desta natureza em 2015. Não estão implementados procedimentos específicos para identificação deste tipo de ocorrências.</p> <p>No BI não existe impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e à realização de acordos de contratação coletiva. Também não foi identificada nenhum fornecedor com este tipo de risco.</p> <p>No BCA não foi identificada nenhuma operação com risco de violação do direito de liberdade de associação e negociação coletiva.</p> <p>No BCG Brasil não foi identificada nenhuma operação com risco de trabalho infantil, nenhuma operação com risco de trabalho forçado, e não existe impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e à realização de acordos de contratação coletiva. Também não foi identificado nenhum fornecedor com este tipo de risco.</p> <p>Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA e BCG Brasil)</p>	<p>Princípio 3</p>	<p>8. Trabalho digno e crescimento económico</p>	<p>n.a</p>	<p>•</p>



INDICADOR GRI		LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
G4 - HR5	Operações e fornecedores identificados com risco de trabalho infantil, e medidas tomadas*	<p>Na CGD S.A. não há conhecimento de situações desta natureza em 2015. Não estão implementados procedimentos específicos para identificação deste tipo de ocorrências.</p> <p>No BI não foi identificada nenhuma operação com risco de trabalho infantil.</p> <p>No BCA não foi identificada nenhuma operação com risco de trabalho infantil.</p> <p>No BCG Brasil não foi identificada nenhuma operação com risco de trabalho infantil, nenhuma operação com risco de trabalho forçado, e não existe impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e à realização de acordos de contratação coletiva. Também não foi identificado nenhum fornecedor com este tipo de risco.</p> <p>Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA e BCG Brasil)</p>	Princípio 5	8. Trabalho digno e crescimento económico 16. Paz, Justiça e instituições eficazes	n.a	•
G4 - HR6	Operações e fornecedores identificados com risco de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo, e medidas tomadas*	<p>Na CGD S.A. não há conhecimento de situações desta natureza em 2015. Não estão implementados procedimentos específicos para identificação deste tipo de ocorrências. Iniciou-se em 2014 a introdução dos "Princípios Éticos e Boas Práticas Empresariais" em anexo às minutas contratuais com fornecedores.</p> <p>No BI não foi identificada nenhuma operação com risco de trabalho forçado.</p> <p>No BCA não foi identificada nenhuma operação com risco de trabalho forçado.</p> <p>No BCG Brasil não foi identificada nenhuma operação com risco de trabalho infantil, nenhuma operação com risco de trabalho forçado, e não existe impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e à realização de acordos de contratação coletiva. Também não foi identificado nenhum fornecedor com este tipo de risco.</p> <p>Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA e BCG Brasil)</p>	Princípio 4	8. Trabalho digno e crescimento económico	n.a	•





INDICADOR GRI		LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
G4 - HR7	Formação do pessoal de segurança quanto a direitos humanos	<p>O Gabinete de Prevenção e Segurança da CGD não recebeu formação em direitos humanos, contudo pertence ao Advisor Committee da UNICRI - Laboratório de Segurança de Governação e Resposta ao Terrorismo e, nesse contexto, desenvolveu esforços no sentido da CGD pertencer à Global Compact, facto que foi possível a partir de 12 de Dezembro de 2013.</p> <p>Os vigilantes das empresas de segurança que prestam serviços à CGD estão devidamente habilitados com o cartão profissional de segurança privada, emitido pela Direção Nacional de Segurança Privada da PSP. A atribuição do respetivo cartão é regulamentada pela Portaria n.º 148/2014 de 18 de Julho.</p> <p>A mesma portaria regula também a formação necessária para obtenção do cartão profissional; Art.º 9, n.º 2, alínea b), (Anexo III – Módulo de formação base), no que concerne à promoção de direitos, liberdades e garantias.</p> <p>A atribuição de cartões e/ou guias de substituição com data anterior à referida portaria, estava regulada pela Portaria n.º 1325/2001; n.º 3, alínea a), quanto à formação sobre direitos, liberdades e garantias.</p> <p>O conteúdo formativo sobre a matéria em questão assenta fundamentalmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos.</p> <p>Para a CGD, a verificação do cumprimento da Lei assenta na confirmação da autenticidade e da validade do cartão profissional de cada vigilante durante o processo de acreditação no GPS.</p> <p>Em 2015, 51 vigilantes da CGD realizaram formação, com conteúdo em direitos humanos, por ocasião de renovação do cartão profissional de segurança. Esta renovação é feita de 5 em 5 anos.</p> <p>Âmbito: CGD,SA</p>	Princípio 1	16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•
G4 - HR8	Número total de casos de violação aos direitos dos povos indígenas, e medidas tomadas	<p>Durante o ano de 2015 não se verificaram casos de violação de direitos dos povos indígenas no âmbito das atividades da CGD S.A.</p> <p>Âmbito: CGD,SA</p>	Princípio 1	2. Erradicar a fome	n.a	•



INDICADOR GRI		LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
G4 - HR9	Operações sujeitas a avaliações de direitos humanos	<p>Em 2015, foi avaliado o cumprimento da legislação em vigor em matéria socioambiental tanto para os 2 projetos de Portugal como para o de Angola. A avaliação do cumprimento da legislação ambiental é feita por consultores independentes no âmbito da produção dos relatórios técnicos. Contudo, dos 3 projetos financiados (2 em Portugal e 1 em Angola) nenhum foi sujeito a uma avaliação específica de direitos humanos.</p> <p>No BI e BCA não existe registo de operações sujeitas a avaliações de direitos humanos, no entanto caso haja necessidade, no processo de análise de crédito são levadas a cabo avaliações desta natureza.</p> <p>O BCG Brasil analisa suas operações no âmbito de direitos humanos através do processo de Conheça Seu Cliente (KYC), observando aspetos como eventual media, indício, processo administrativo ou judicial que indique utilização de trabalho irregular (escravo, infantil), corrupção, e outros fatores negativos. Adicionalmente, em observância à Política corporativa que formaliza os critérios socioambientais, a área de Crédito, sempre que demandada para analisar operações, avalia estes aspetos de modo a classificar o cliente conforme risco socioambiental.</p> <p>Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA e BCG Brasil)</p>	Princípio 1	-	n.a	•
G4 - HR10	Novos fornecedores avaliados com critérios de direitos humanos	<p>Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 35 Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 32</p> <p>No BCA, em 2015, os fornecedores não foram avaliados com critérios de direitos humanos .</p> <p>Em 2015, no BI, não houve uma prática sistemática de avaliação de fornecedores em matéria de direitos humanos e laborais.</p> <p>O BCG Brasil avalia os seus fornecedores no sentido de observar o cumprimento de normas trabalhistas, eventuais processos/condenações judiciais ou administrativos, e consulta aos media sobre a empresa.</p> <p>Notas Metodológicas, pág. 8-9</p> <p>Âmbito: CGD,SA+ Bancos Afiliados (BI, BCA, BCG Brasil)</p>	Princípio 2	-	n.a	•



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.	
<p>G4 - HR11</p>	<p>Impactes negativos nos direitos humanos na cadeia de abastecimento e ações tomadas</p>	<p>A Direção de Gestão de Risco (DGR) da CGD não tem implementados procedimentos específicos para identificação deste tipo de situações, que, apenas em situações inequívocas de incumprimentos legais por parte da CGD se podem enquadrar no âmbito da gestão do risco operacional. Os impactos deste tipo de situações coloca-se essencialmente ao nível do risco reputacional. São, no entanto, consultadas anualmente as bases de dados de eventos de risco operacional ("lost data collection") e de deficiências de controlo interno por forma a identificar situações que possam impactar a cadeia de fornecimento.</p> <p>A DGR desconhece a existência de ocorrências com impactos na CGD.</p> <p>Em 2015, no BI, não houve uma prática sistemática de avaliação de fornecedores em matéria de direitos humanos e laborais.</p> <p>No BCA não foram avaliados os impactes negativos nos direitos humanos na cadeia de abastecimento.</p> <p>No BCG Brasil, os impactos negativos nos direitos humanos na cadeia de abastecimento são avaliados aquando da análise prévia de fornecedores. Antes da contratação de produto ou serviço, é pesquisada a eventual inclusão do fornecedor na lista de trabalho escravo do Ministério do Trabalho e Emprego bem como a existência de processos socioambientais. No BCG Brasil foram avaliados 4 fornecedores em matéria de direitos humanos em 2015, não tendo sido identificados fornecedores com impacto negativo nesta matéria.</p> <p>A avaliação em relação a fornecedores é realizada em linha e semelhança com a análise de KYC realizada para início de relacionamento com clientes BCG Brasil. Não há um controlo/registo do número total de fornecedores <i>versus</i> fornecedores analisados. Destaca-se que está em processo de implementação um sistema de controlo dos fornecedores, no qual será possível verificar dados, prazos e controlar melhor a data de pesquisas de compliance.</p> <p>Âmbito: CGD,SA+ Bancos Afiliados (BI, BCA, BCG Brasil)</p>	<p>Princípio 2</p>	<p>–</p>	<p>n.a</p>	<p>•</p>



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
<b>G4 - HR12</b>	Número de reclamações sobre impactos nos direitos humanos, endereçadas e resolvidas através mecanismos de reclamação formais, endereçadas e resolvidas através mecanismos de reclamação formais  Em 2015, não foram apresentadas reclamações sobre direitos humanos pelos colaboradores nem por outros <i>stakeholders</i> na CGD,SA, BCA, BI e BCG Brasil.  Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA, BCG Brasil)	Princípio 1	16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•

**ASPECTO: COMUNIDADE\***

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. O tema “Atividades de cariz social em benefício da comunidade”, associado a este aspeto, foi considerado um tema de prioridade média. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 9).
- b – A CGD tem iniciativas relacionadas com este tema (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 40-44)
- c – A CGD monitoriza indicadores associados a estes temas e reporta-os publicamente (1.6.2.1 Banca Comercial– Relatório de Gestão e Contas 2015 e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 41-44)

<b>G4 - SO1</b>	Operações com programas de envolvimento das comunidades locais	Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 59-61 Âmbito: CGD,SA	Princípio 1		n.a	•
<b>G4 - SO2</b>	Operações com impactes negativos nas comunidades locais	Em 2015 não existiram operações de financiamento com impactes negativos nas comunidades locais. Âmbito: CGD,SA	Princípio 1	1. Erradicar a pobreza 2. Erradicar a fome	n.a	

**ASPECTO: CORRUPÇÃO\***

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. O tema “Práticas de Combate à Corrupção e Branqueamento de Capitais”, associado a este aspeto, foi considerado um tema de prioridade elevada. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 9).
- b – A CGD tem iniciativas relacionadas com este tema (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 13-14)
- c – A CGD monitoriza indicadores associados a estes temas e reporta-os publicamente (Aplicação de normas de prevenção da corrupção e planos de ação para prevenção e mitigação de fraudes Pág. 580-582 – Relatório de Gestão e Contas 2015 e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 14)



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.	
G4 - SO3	Operações alvo de análise de risco de corrupção	<p>Em 2015, foram efetuadas pela Direção de Auditoria Interna as seguintes ações de auditoria:</p> <p>A – Rede Comercial:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Presencialmente: - 82 Agências e Orgãos de Região; - 5 Gabinetes de Empresas; - 36 Modelos de Serviço de Caixa Empresas (Rede de Agências); - 72 Modelos de Serviço de Caixa Azul;</li> <li>ii) Ações de Seguimento: - 100 Ações de Seguimento; - 3 Reportes;</li> </ul> <p>B - Processos, Produtos e Operações: - 4 ações de auditoria; - 4 ações de Seguimento;</p> <p>C - De Conformidade / Normas e Regulamentos: - 25 ações de auditoria;</p> <p>D - Sistemas de Informação: - 4 ações de auditoria à distância; - 3 ações de seguimento;</p> <p>E - Unidades no Exterior: - 5 ações de auditoria; - 2 ações de seguimento;</p> <p>F - Auditorias Contratualizadas: - 8 ações de auditoria; - 45 ações de seguimento;</p> <p>G - Auditoria À Distância: - 10 ações transversais;</p> <p>H - Auditoria Contínua: - 73 Alertas de monitorização contínua; - 6 Reportes;</p> <p>I - Acompanhamento Corporativo: - 2 Relatórios;</p> <p>J - Acompanhamento de Processos de Inspeção/Operações: - 413 Processos concluídos; - 31 Ações de Seguimento.</p> <p>Em 2015, no BI 6,25% das operações com avaliação de riscos de corrupção.</p> <p>No BCA nenhuma operação foi alvo de análise de riscos de corrupção.</p> <p>O BCG Brasil avalia a totalidade de suas operações sob o aspeto de anticorrupção; para isto são utilizadas ferramentas de consulta e informações de mídia, de modo que todo e qualquer cliente ou contraparte para o qual seja identificado risco de corrupção, seja incluído em watch list de Compliance, com monitorização periódica. O BCG Brasil usa essa ferramenta para olhar não só risco de clientes mas também de funcionários (KYE) e fornecedores (KYS).</p> <p>No Mercantile Bank, não foram realizadas avaliações de risco de corrupção, mas o banco está a analisar a incorporação deste tipo de risco nas avaliações de risco de fraude em 2016.</p> <p>Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA, BCG Brasil e Mercantile Bank)</p>	Princípio 10	16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
<p><b>G4 - SO4</b></p>	<p>Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anti-corrupção</p>	<p>Para além dos 10% de colaboradores envolvidos em ações de formação anticorrupção durante 2015, a CGD S.A., através do seu site, disponibiliza informação relacionada com o Código de Conduta da CGD, nomeadamente a missão e valores, os princípios de atuação e as normas de conduta profissional.</p> <p>No BI 13% de colaboradores envolvidos em ações de formação anticorrupção durante 2015. É prática do BI a distribuição do Manual de Conduta aquando da admissão de um novo Colaborador (em 2015 foram admitidos 9 colaboradores), o qual no seu Artº 31º - CORRUPÇÃO se pode ler o seguinte: 1- O BI rejeita ativamente todas as formas de corrupção, não devendo os seus Colaboradores envolver-se em situações propiciadoras de atos susceptíveis de associação a este fenómeno. Para além da prática de comunicação a novos colaboradores, verificámos igualmente que o Manual de Conduta do BI está disponível no site do Banco. Desta forma, todos os colaboradores do BI, e demais partes interessadas, têm acesso a esta informação.</p> <p>O BCA guia pelo seu código de conduta que consagra os princípios de atuação e as normas de conduta profissional observados no exercício das suas atividades e que vincula os membros dos órgãos sociais, os seus colaboradores, estagiários, prestadores de serviço e mandatários, a título permanente ou ocasional. O referido documento, que formaliza a posição clara do BCA em rejeitar ativamente todas as formas de corrupção, foi dado a conhecer a todos os colaboradores através da sua publicação na Ordem de Serviço e está disponível na intranet da empresa. 24% de colaboradores envolvidos em ações de formação anticorrupção durante 2015.</p> <p>Em 2015 não houve procedimentos de comunicação específicos a fornecedores, prestadores de serviços e parceiros de negócio do BCG Brasil. Contudo, o Código de Conduta do BCG Brasil é disponibilizado através do site do Banco e, portanto, está acessível a todas as partes interessadas que o queiram consultar. Em 2015, 81% dos colaboradores do BCG Brasil receberam formação sobre políticas e procedimentos anti-corrupção.</p> <p>Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 14</p> <p>Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA e BCG Brasil)</p>	<p>Princípio 10</p>	<p>16. Paz, justiça e instituições eficazes</p>	<p>n.a</p>



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
<b>G4 - SO5</b>	Incidentes confirmados de corrupção e ações tomadas  Em 2015 na CGD e bancos afiliados não se verificou a existência de qualquer processo passível de ser inserido na resposta a este indicador. Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA, BCG Brasil)	Princípio 10	16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•

**ASPECTO: POLÍTICAS PÚBLICAS\***

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. O tema “Participação em Políticas Públicas” foi considerado um tema de prioridade média. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 9).
- b – A CGD tem iniciativas relacionadas com este tema (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015), nomeadamente o alinhamento da estratégia de sustentabilidade com os Objetivos d o Desenvolvimento Sustentável, fazendo parte da Aliança para o Desenvolvimento Sustentável na qual faz parte da Comissão portuguesa Coordenadora.

<b>G4 - SO6</b>	Valor total de contribuições políticas por país e beneficiário  No cumprimento da sua missão e valores fundamentais e posicionando-se como banco de referência em Portugal, a Caixa não financia causas políticas, pautando a sua conduta por princípios de transparência, não segregação e princípios éticos e deontológicos reconhecidos por todos os Stakeholders. Além disso contribuições políticas por empresas não são permitidas pela lei portuguesa: Lei N.º 19/2003 de 20 de junho (art.º8). O BI, BCA e BCG Brasil não realizam este tipo de contribuições, pautando a sua conduta por princípios de transparência, não segregação e princípios éticos e deontológicos reconhecidos por todos os <i>stakeholders</i> . Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA, BCG Brasil)	Princípio 10	16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•
-----------------	--	--------------	--	-----	---

**ASPECTO: CONCORRÊNCIA DESLEAL**

<b>G4 - SO7</b>	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de anti trust e monopólio e os seus resultados  Em 2015 não se verificou a existência de qualquer processo passível de ser inserido na resposta a este indicador. Âmbito: CGD,SA	–	16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•
-----------------	--	---	--	-----	---



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.	
<b>ASPECTO: CONFORMIDADE</b>						
G4 - SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias por não cumprimento de leis e regulamentos	Durante 2015, a CGD aguardava decisão de 4 processos que lhe foram movidos. No BI e BCA em Cabo Verde, e BCG no Brasil, não foram registadas sanções/multas significativas durante 2015. Notas metodológicas, pág. 8 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA, BCG Brasil)	—	16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•

**ASPECTO: AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES COM IMPACTES NA SOCIEDADE\***

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. O tema “Gestão Responsável de Fornecedores” foi considerado um tema de prioridade média. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 9).
- b – A CGD tem um conjunto de iniciativas relacionadas com este tema (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 31-32)
- c – A CGD monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os publicamente (Gestão responsável de fornecedores - - Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 32)

G4 - SO9	Novos fornecedores avaliados com critérios relacionados com impactes na sociedade	Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 35 Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 32 Notas Metodológicas, pág. 8 Âmbito: CGD,SA	—	—	n.a	•
G4 - SO10	Impactes negativos na sociedade na cadeia de abastecimento e ações tomadas	A Direção de Gestão de Risco (DGR) da CGD não tem implementados procedimentos específicos para identificação deste tipo de situações, que, apenas em situações inequívocas de incumprimentos legais por parte da CGD se podem enquadrar no âmbito da gestão do risco operacional. Os impactos deste tipo de situações coloca-se essencialmente ao nível do risco reputacional. São, no entanto, consultadas anualmente as bases de dados de eventos de risco operacional ( <i>“lost data collection”</i> ) e de deficiências de controlo interno por forma a identificar situações que possam impactar a cadeia de fornecimento. A DGR desconhece a existência de ocorrências com impactos na CGD. Âmbito: CGD,SA	—	—	n.a	•





INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
---------------	-------------	---------------------	---------------------	----------	------------------

**ASPECTO: MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS A IMPACTOS NA SOCIEDADE**

<b>G4 - SO11</b>	Número de reclamações sobre impactes na sociedade, endereçadas e resolvidas através mecanismos de reclamação formais	Em 2015, não foram apresentadas reclamações sobre impactes na sociedade pelos colaboradores nem por outros <i>stakeholders</i> na CGD S.A., BI, BCA e BCG Brasil.  Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA, BCG Brasil)	—	16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•
------------------	--	--	---	--	-----	---

**ASPECTO: SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE\***

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. O tema “Segurança dos clientes e do seu património histórico ” foi considerado um tema de prioridade elevada. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 9).
- b – A CGD tem um conjunto de iniciativas relacionadas com este tema (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 27-29)
- c – A CGD monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os publicamente (Gestão do Capital Humano – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 27-29)

<b>G4 - PR1</b>	Avaliação dos impactes dos produtos na saúde e segurança	Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 31-32. Relatório de Sustentabilidade - pág. 28-29 Âmbito: CGD,SA	—	—	n.a	•
-----------------	--	---	---	---	-----	---



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
G4 - PR2	<p>Número total de não-conformidades com regulamentos e códigos voluntários relacionados com impactes na saúde e segurança causados pelos produtos e serviços</p> <p>No ano de 2015 identificaram-se os seguintes casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários nos serviços, com impacto na saúde e segurança dos clientes.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• no âmbito das MAP (Medidas de Autoproteção) em 2015 ,não existiu qualquer Não Conformidade (NC).</li> <li>• Não-conformidades com regulamentos que resultaram em multa ou penalidade: <ul style="list-style-type: none"> <li>- 3 coimas referentes a alarmes falsos;</li> <li>- 1 coima referente a sinalética não conforme referente ao sistema de videovigilância (Évora);</li> </ul> </li> <li>• Não-conformidades com regulamentos que resultaram em aviso: <ul style="list-style-type: none"> <li>- 1 aviso – Ofício da DSP/PSP sobre o incumprimento legal relativo ao enquadramento da estrutura orgânica do GPS na CGD; e</li> <li>- 1 NC constatada pela APCER sobre o incumprimento legal também relativo ao enquadramento da estrutura orgânica do GPS na CGD.</li> <li>- 4 não conformidades com notificação da Autoridade para as Condições do Trabalho - Tondela, Algés, Armazém de Sacavém e Sede, das quais não resultou qualquer coima.</li> </ul> </li> </ul> <p>Foi ainda identificada uma contraordenação em 2015 relativa a inexistência de medidas e registos de segurança e, inexistência de procedimentos de prevenção, que aguarda decisão.</p> <p>Âmbito: CGD,SA</p>	—	16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•

#### ASPECTO: ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS\*

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. O tema “Clareza da informação prestada ao cliente ” foi considerado um tema de prioridade elevada. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 9).
- b – A CGD tem um conjunto de iniciativas relacionadas com este tema (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 15-16)
- c – A CGD monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os publicamente (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 15-16, Aplicação de normas de concorrência e de proteção do consumidor - Relatório de Gestão e Contas 2015)



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.	
<p>43</p> <p><b>G4 - PR3</b></p>	<p>Tipo de informação dos produtos exigida pelos procedimentos de rotulagem, e percentagem de produtos e serviços sujeitos a essas exigências</p>	<p>Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 592-593</p> <p>O BI acompanha permanentemente e adapta à sua atividade a publicação de novas obrigações legais e regulamentares, bem como as recomendações e boas práticas emanadas das entidades de supervisão, relacionadas com a transparência no relacionamento com os clientes, atuando em conformidade, também, com os valores e princípios consagrados nos respectivos Códigos de Conduta. De salientar, em 2013 a adequação da atividade relativamente aos seguintes normativos emanados pelo Banco de Cabo Verde:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- AGMVM n.º 5/2013 – sobre meios de divulgação de informação;</li> <li>- AGMVM n.º 7/2013 – relativo ao Prospeto de oferta pública de distribuição (modelos que obedece a estrutura dos prospectos de ofertas públicas);</li> <li>- AGMVM n.º 8/2013 – publicidade das ofertas públicas de valores mobiliários;</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aviso n.º 1/2013 – fixou regras que as instituições de crédito devem observar na divulgação do preçário e a Circular Série A n.º 177 de 09 de julho de 2013 que veio regulamentar estrutura do preçário;</li> <li>• Aviso n.º 3/2013 – que estabelece a informação mínima que as instituições de crédito devem prestar para permitir juízos comparativos e reforçar a concorrência e a transparência do mercado de crédito.</li> </ul> <p>Salientamos, relativamente a 2014 a adequação da atividade relativamente aos seguintes normativos emanados pelo BCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aviso n.º 3/2014 estabelece regras e procedimentos a serem observados pelas Instituições Financeiras na relação com os seus clientes e Regulamento da AGMVM n.º 1/2014, 27.11.2014 – altera o Regulamento AGMVM n.º 7/2013 relativo ao Prospeto de oferta pública de distribuição (modelos que obedece a estrutura dos prospectos de ofertas públicas)</li> </ul> <p>Em 2015 não foram publicadas novas obrigações legais e regulamentares relacionadas com a transparência no relacionamento com os clientes. (cont.)</p>	<p>–</p>	<p>12. Produção e consumo sustentáveis</p>	<p>n.a</p>	<p>•</p>



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
G4 - PR3 (cont.)	<p>Em 2015 foram lançados dois novos produtos abrangidos pela legislação em vigor.</p> <p>O BCA acompanha permanentemente e adapta à sua atividade a publicação de novas obrigações legais e regulamentares, bem como as recomendações e boas práticas emanadas das entidades de supervisão, relacionadas com a transparência no relacionamento com os seus clientes, atuando com verdade e clareza, em conformidade, também, com os valores e princípios consagrados nos seus Código de Conduta.</p> <p>De salientar, relativamente a 2015 os seguintes normativos emanados pelo Banco de Cabo Verde:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aviso n.º 3/2014 estabelece regras e procedimentos a serem observados pelas Instituições Financeiras na relação com os seus clientes</li> <li>• Regulamento da AGMVM n.º 1/2014 – altera o Regulamento AGMVM n.º 7/2013 relativo ao Prospecto de oferta pública de distribuição (modelos que obedece a estrutura dos prospectos de ofertas públicas)</li> </ul> <p>Relativamente a publicidade a produtos e serviços do BCA – Âmbito Corporativo – no final de Dezembro de 2015, foi publicada a Ordem de Serviço n.º 29/2015 em 23/12, que entrou em vigor a partir de Janeiro de 2016.</p> <p>Desde 2009 todos os produtos e serviços do BCG Brasil são descritos em ficha de produto, a qual é submetida à aprovação em Comité de Produtos, do qual participam a Diretoria e principais áreas envolvidas. Somente após aprovação em Comité de Produtos o produto/serviço é disponibilizado a clientes. Durante o ano de 2015, o BCG Brasil iniciou o processo de revisão periódica de todas as fichas de produtos e serviços ofertados, de forma a observar eventuais alterações que possam ter ocorrido com as normas e leis relacionadas e também com os próprios produtos e/ou serviços.</p> <p>O BCG Brasil está abrangido pela Resolução do Banco Central (Resolução 3694/2009) que dispõe sobre a prevenção de riscos na contratação de operações e na prestação de serviços por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Acresce ainda, no âmbito geral, que o BCG Brasil, na qualidade de prestador de serviço, está submetido ao Código do Consumidor Brasileiro (Lei Federal n.º 08.078/1990).</p> <p>Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados ( BI, BCA, BCG Brasil)</p>	—	12. Produção e consumo sustentáveis	n.a	•



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.	
<b>G4 - PR4</b>	Número total de ocorrências de não-conformidade com a legislação e códigos voluntários relacionados com informações e rotulagem dos produtos e serviços, por tipo de resultado	Em 2015, a CGD,SA registou 12 não-conformidades com os procedimentos de rotulagem de produtos e serviços, relacionadas com preçário (2), deveres de informação (10) dos quais 5 sobre regimes especiais. Estas não-conformidades resultaram em aviso do Banco de Portugal. O BCA, BI e BCG Brasil não registaram não-conformidades com os procedimentos de rotulagem de produtos e serviços. Notas Metodológicas, pág. 10 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA e BCG Brasil)	–	16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•
<b>G4 - PR5</b>	Resultados de avaliação de satisfação de clientes*	Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 79 Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 15-16 No BCA, BI e BCG Brasil a medição da satisfação dos clientes é realizada através do processo de gestão de reclamações. Em 2015, o BCA realizou ainda um estudo de avaliação da qualidade do serviço prestado a clientes na área comercial, através de visitas mistério. Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA e BCG Brasil)	–	–	n.a	•
<b>G4 - PR6</b>	Comercialização de produtos banidos ou objeto de debate público	Os produtos e serviços financeiros comercializados pela CGD obedecem a rigorosos critérios legais e normativos internos, que vão desde a sua identificação e conceção até à comercialização e divulgação/publicidade dos mesmos. As reclamações de clientes da CGD em questões relacionadas com a atividade da instituição ou com a comercialização dos produtos e serviços financeiros, são tratadas no âmbito do Gabinete de Apoio ao Cliente (GCL) em conjugação com as Políticas de Produtos e Serviços, Ambiente e Envolvimento com a Comunidade da CGD, entre outras medidas. Âmbito: CGD,SA	–	–	n.a	•
<b>G4 - PR7</b>	Número total de não-conformidades com regulamentos e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, por tipo de resultado	Em 2015, a CGD,SA registou uma não conformidade neste âmbito, a qual resultou em aviso. Notas Metodológicas, pág. 10 Âmbito: CGD,SA	–	16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•
<b>G4 - PR8</b>	Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes	Em 2015, a CGD S.A recebeu uma reclamação relativa à violação de privacidade e perda de dados de clientes. A situação decorreu de erro no reporte ao BdP de informação de contas, tendo-se associado a um Cliente um conjunto de contas de que não era titular (erro no NIF) O BI, o BCA e o BCG Brasil não receberam reclamações relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes. Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA e BCG Brasil)	–	–	n.a	•



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.	
<b>G4 - PR9</b>	<p>Valor monetário de multas significativas por não cumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços</p>	<p>Em 2015, na CGD,SA 6 processos movidos pelo Banco de Portugal ainda aguardavam decisão, sendo que para quatro já em 2014 foi reportada a sua pendência.</p> <p>No BCA, BI, BCG Brasil e Mercantile Bank não foi apurada qualquer sanção/multa significativa durante 2015.</p> <p>Notas Metodológicas, pág. 8</p> <p>Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA, BCG Brasil e Mercantile Bank)</p>	-	16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•

**ASPECTO: PORTOFÓLIO DE PRODUTOS\***

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. O tema “Produtos com benefício ambiental” “Produtos de inclusão financeira de clientes” e “Produtos para PME, clientes institucionais e de resposta aos desafios da sociedade” foram considerados temas de prioridade é média e elevada. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 9).
- b – A CGD tem um conjunto de iniciativas relacionadas com este tema (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 34-37, 56, 59-60)
- c – A CGD monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os publicamente (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015 pág. 34-37, 56, 59-60, 1.6.2. Segmentos de atividade- Relatório de Gestão e Contas 2015)

Formas de gestão	<p>Políticas com componentes ambientais e sociais específicas aplicadas às linhas de negócio</p>	<p>Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 32-33, 105-108, 110, 609, 621</p> <p>Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 18-19, 35</p> <p>CGD,SA: <a href="http://www.cgd.pt">www.cgd.pt</a></p> <p>BI: O BI definiu e implementou uma política de sustentabilidade e uma política de risco ambiental e social, disponível em <a href="http://www.bi.cv">www.bi.cv</a></p> <p>BCG Brasil: <a href="http://www.bcgbrasil.com.br">www.bcgbrasil.com.br</a></p> <p>Mercantile Bank: <a href="http://www.mercantile.co.za">www.mercantile.co.za</a></p> <p>Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA, BCG Brasil e Mercantile Bank)</p>	-	16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•
	<p>Procedimentos para avaliar os riscos ambientais e sociais nas diferentes linhas de negócio</p>	<p>Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 88, 132,105-108, 110</p> <p>Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 18-19</p> <p>Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA, BCG Brasil e Mercantile Bank)</p>	-	16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.	
Formas de gestão (cont.)	<p>Processos para desenvolver competências dos Colaboradores para a implementação de políticas e procedimentos ambientais e sociais, aplicáveis às linhas de negócio</p>	<p>Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 44 Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 24-25 Âmbito: CGD,SA</p>	-	16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•
	<p>Processos para monitorizar o cumprimento por parte dos Clientes, dos diferentes requisitos incluídos nos acordos/contratos</p>	<p>Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 89, 134-139, 289-290 Nos últimos anos, o agravamento do incumprimento tem caracterizado a conjuntura atual, pelo que a Caixa tem monitorizado o risco de incumprimento de forma rigorosa nas vertentes de prevenção e controlo, bem como os custos que lhe estão associados. Em 2015 a CGD continuou a investir na área de tratamento e prevenção do incumprimento. Âmbito: CGD,SA</p>	-	16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•
	<p>Interação com os Clientes/investidores/parceiros no que respeita aos riscos e oportunidades sociais e ambientais</p>	<p>A CGD interage com os seus <i>stakeholders</i> em relação a estas matérias por de várias formas - auscultação em matéria de sustentabilidade, gestão responsável dos fornecedores, procedimentos de gestão de risco na análise de concessão de crédito, oferta comercial sustentável e realização e apoio de eventos de sensibilização. Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 34-35, 44-45, 69-71, 75, 78-79, 88, 92, 96-97 Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 19, 25, 32, 35-37, 42-43, 54-55, 59-60 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA, BCG Brasil e Mercantile Bank)</p>	-	16. Paz, justiça e instituições eficazes	n.a	•
G4 - FS6	<p>Percentagem das linhas/segmento de negócio específicas, no volume total, por região e dimensão</p>	<p>Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 288 Indicadores de Sustentabilidade 2015, pág. 10-18 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA, BCG Brasil e Mercantile Bank)</p>	-	1. Erradicar a pobreza 8. Trabalho digno e crescimento económico 9. Indústria, inovação e infraestruturas	n.a	•
G4 - FS7	<p>Volume (monetário) dos produtos e serviços com benefício social, por linha de negócio</p>	<p>Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 64-65, 69-79, 92,97-98, 105-108 Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 35-37 Em 2015 não houve valores a reportar no âmbito deste indicador no BCG Brasil Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA, BCG Brasil e Mercantile Bank)</p>	-	1. Erradicar a pobreza 8. Trabalho digno e crescimento económico 9. Indústria, inovação e infraestruturas 10. Reduzir a desigualdades 11. Cidades e comunidades sustentáveis	n.a	•



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
G4 - FS8	<p>Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 71, 74-75, 88, 96</p> <p>Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 59-60</p> <p>Em 2015 não houve valores a reportar no âmbito deste indicador para os bancos afiliados.</p> <p>Âmbito: CGD, SA + Bancos Afiliados (BI, BCA, BCG Brasil e Mercantile Bank)</p>				

**ASPECTO: AUDITORIA\***

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. O tema “Critérios socioambientais no risco de crédito/projeto finance” foi considerado um tema de prioridade elevada. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 9).
- b – A CGD tem um conjunto de iniciativas relacionadas com este tema (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 17-19)
- c – A CGD monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os publicamente (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 17-19, 1.6.2.Segmentos de atividade - Relatório de Gestão e Contas 2015)

Formas de gestão	<p>Âmbito e frequência das auditorias para avaliar a implementação das políticas ambientais e sociais e dos procedimentos de avaliação de risco</p> <p>A CGD não tem implementadas auditorias específicas para avaliar o nível de implementação e cumprimento das políticas de Sustentabilidade, ambiental e social, à exceção da monitorização do Sistema de Gestão Ambiental, no âmbito do qual a CGD e fornecedores envolvidos no âmbito da certificação ISO 14001 são sujeitos anualmente a auditorias externas pela entidade certificadora.</p> <p>A comunicação e o reporte periódico do desempenho e das práticas de gestão ambiental e social desenvolvidas pela CGD é essencial para o cumprimento dos objetivos estabelecidos, assegurando o envolvimento de todas as partes interessadas. Assim, os progressos obtidos nas diferentes áreas de atuação das diferentes políticas são reportados. Este processo de reporte é alvo de verificação externa independente e auditoria.</p> <p>A monitorização do estado de implementação destas políticas é assegurado pelo Conselho Delegado de Sustentabilidade.</p> <p>Para a sua prossecução das políticas referidas são estabelecidos e revistos periodicamente planos de implementação, com objetivos e metas definidas, nas diferentes áreas de atuação, que se relacionam diretamente com os aspetos/impactes ambientais e sociais significativos da atividade da CGD.</p> <p>Na sua política de sustentabilidade, a CGD compromete-se a incluir progressivamente aspetos ambientais e sociais, na avaliação de riscos de crédito e na seleção de empresas e projetos a financiar.</p>	-	10. Reduzir as desigualdades	n.a	•
------------------	---	---	------------------------------	-----	---





INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.
(cont.)	A CGD respeita os seus compromissos públicos e tem progressivamente incluído aspetos ambientais e sociais, na avaliação de crédito e risco. É feita uma análise de riscos ambientais e/ou sociais nas operações de Project Finance e Crédito a Empresas (vide resposta a forma de gestão - Procedimentos para avaliar os riscos ambientais e sociais nas diferentes linhas de negócio). Âmbito: CGD,SA				
<b>G4 - FS10</b>	Percentagem e número de empresas incluídas no portefólio da organização e com as quais interagiu no que respeita a aspetos sociais e ambientais  A implementação das Políticas de Sustentabilidade, de Ambiente, de Envolvimento com a Comunidade e Política de Produto e Serviço da CGD são transversais ao Grupo CGD, nas empresas integrantes do Programa Corporativo de Sustentabilidade, bem como os bancos afiliados de Cabo Verde (BI; BCA), Brasil (BCG Brasil) e África do Sul (Mercantile Bank). Âmbito: CGD,SA e Bancos Afiliados (BI, BCA, BCG Brasil e Mercantile Bank)	–	10. Reduzir as desigualdades	n.a	•
<b>G4 - FS11</b>	Percentagem de ativos sujeitos a avaliação ambiental e social  Em 2015 o único produto de investimento que selecionava os ativos com base em critérios ambientais era o Fundo CAIXA-GEST ENERGIAS RENOVÁVEIS - Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto.  Este fundo representava 0,05% do volume total dos ativos sob gestão da Caixa Gestão de Activos.  Na vertente social existem três fundos que selecionam os ativos com base em critérios sociais, nomeadamente: - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional Caixa Arrendamento; - Caixa Imobiliário FILAH - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional, e; - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional Cidades de Portugal.  No total, estes fundos representam 0,65% do volume de ativos sob gestão da Caixa Gestão de Activos.  Em 2015 não foram criados novos fundos sujeitos a avaliação ambiental e social. Âmbito: CGD,SA		10. Reduzir as desigualdades		
<b>Formas de gestão</b>	Políticas de voto sobre aspetos sociais e ambientais aplicadas a ações sobre as quais a organização detém o direito de voto ou apoia na decisão de voto  A CGD, quando necessário, exerce o seu direito de voto tendo presente as implicações de decisões com impactes sociais e ambientais diretos. Em geral, a CGD exerce o seu direito de voto relativamente a aspetos de natureza societária formal que não têm implicações diretas em questões de natureza ambiental ou social. Âmbito: CGD,SA	–	–	n.a	•



INDICADOR GRI	LOCALIZAÇÃO	PRINCÍPIO GLOBAL C.	OBJETIVO DES. SUST.	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXT.	
<b>G4 - FS13</b>	Acesso em zonas de baixa densidade populacional ou economicamente desfavorecidas*	Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 60 Ao estar presente em todos os Concelhos do país, a CGD abrange regiões com baixa densidade populacional ou economicamente desfavorecidas. Âmbito: CGD,SA		1. Erradicar a pobreza 8. Trabalho digno e crescimento económico 10. Reduzir as desigualdades	n.a	•
<b>G4 - FS14</b>	Iniciativas para melhorar o acesso a serviços financeiros por parte de pessoas desfavorecidas*	Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 60, 63 Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 16 Âmbito: CGD,SA		1. Erradicar a pobreza 8. Trabalho digno e crescimento económico 10. Reduzir as desigualdades	n.a	•

**ASPECTO: ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS\***

Formas de Gestão:

- a – A identificação dos temas materiais da CGD baseou-se no apuramento da importância de um conjunto de temas com base nos resultados da auscultação de *stakeholders* e na classificação interna de impacto desses mesmos temas. O tema “Clareza da informação prestada ao cliente ” foi considerado um tema de prioridade elevada. (Matriz de materialidade – Relatório de Gestão e Contas 2015 1.4.8.2.1 Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 9).
- b – A CGD tem um conjunto de iniciativas relacionadas com este tema (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 38-39)
- c – A CGD monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os publicamente (Estratégia de Sustentabilidade 2013-2015 – Relatório de Sustentabilidade 2015, pág. 38-39, Aplicação de normas de concorrência e de proteção do consumidor - Relatório de Gestão e Contas 2015)

Formas de gestão	Políticas de desenho e comercialização de produtos e serviços financeiros	Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 593 Âmbito: CGD,SA		10. Reduzir as desigualdades	n.a	•
	Iniciativas para melhorar a literacia financeira, por tipo de beneficiário	Relatório de Gestão e Contas 2015 - pág. 39-40 Relatório de Sustentabilidade 2015 - pág. 38-39 Âmbito: CGD,SA + Bancos Afiliados (BI, BCA, BCG Brasil)		1. Erradicar a pobreza 8. Trabalho digno e crescimento económico 10. Reduzir as desigualdades	n.a	•

\* Tema relevante/material

• Indicador verificado por entidade externa independente.